



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

“Construir um governo íntegro” e “tomada científica de decisões” são as principais ideias de governação do 3.º Governo. Nestes últimos anos, o Governo tem-se empenhado nesta matéria, e conseguiu alcançar resultados positivos, por exemplo, quanto ao aumento da transparência, criou o mecanismo de porta-voz e o regime de declaração de rendimentos e interesses patrimoniais dos titulares dos principais cargos; e relativamente à definição de políticas científicas, tem prestado especial atenção aos fundamentos de especialistas, por exemplo, entre 2010 e meados de 2013, os Serviços de Saúde e a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego efectuaram, respectivamente, 4 e 64 estudos, e entre 2010 e 2013, a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental efectuou 173 estudos, e todos esses estudos serviram de fundamento à realização de consultas públicas sobre as políticas, às respectivas avaliações e à tomada de decisões.

É de salientar que cada serviço público adopta a sua forma de divulgar informações. No caso dos relatórios de estudos, por exemplo, a sociedade tem vindo a pedir ao Governo que os relatórios de estudos efectuados pelos serviços públicos sejam divulgados na íntegra, para que o público possa ficar a conhecer todos os fundamentos das decisões tomadas pelo Governo, e aprender com os textos e documentos elaborados por especialistas. Isto contribui para promover as consultas públicas sobre as políticas, o diálogo entre o Governo e a população, e para que a população se inspire e queira aumentar a sua sabedoria. Até agora, são vários os serviços públicos que ainda não têm um método sistemático para a divulgação dos resultados de estudos, que fogem às perguntas colocadas em várias interpelações, que não apoiam a ideia de “construção dum governo íntegro”, e que nem sequer aproveitam os estudos efectuados.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Quando o Governo lançou a ideia de “construir um governo íntegro”, devia ter especificado, ao detalhe, os critérios a cumprir pelos serviços públicos na divulgação de informações. O Governo fez isso?
2. Dos relatórios de estudos efectuados pelo Governo, quantos envolvem confidencialidade? Se não estão em causa problemas de confidencialidade, porque é que tantos serviços públicos não divulgam esses relatórios? Quais são as dificuldades?
3. O Governo deve emitir, o mais breve possível, instruções para a divulgação uniformizada dos relatórios de estudos. Deve ainda exigir claramente aos serviços públicos a divulgação dos relatórios de estudos no Portal do Governo e na página electrónica da Biblioteca Central. Vai fazê-lo?

O Deputado à Assembleia Legislativa,

Si Ka Lon

29 de Abril de 2016